

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.120 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 2000

Estados poderão fixar pisos salariais diferentes do mínimo

Debate com a participação de 11 senadores antecedeu a apreciação de projeto de lei, que recebeu 45 votos favoráveis e 10 contrários. Proposta, que veda a concessão de aumentos no segundo semestre de ano em que se realizarem eleições, será encaminhada agora ao presidente da República para sanção

PÁGINA 3

Senado autoriza empréstimos para modernizar municípios

PÁGINA 5

Sistema nacional reunirá unidades de conservação

PÁGINA 2

Gestão de pessoal nas agências reguladoras será votada na segunda

PÁGINA 4



Luiz Estevão fez uma exposição durante a reunião da CCJ apontando falhas no relatório que recomenda sua cassação

CCJ aprova legalidade do processo contra Estevão e Plenário decide na quarta

O Plenário decidirá na próxima quarta-feira, em sessão extraordinária, se acolhe ou não o pedido de cassação do mandato do senador Luiz Estevão. Na última quarta-feira, a Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, por 15 votos a favor, 5 contrários e 3 abstenções, o parecer do senador Romeu Tuma que considerou legal o processo conduzido pelo Conselho de Ética.

PÁGINAS 6 E 7

Francelino e Rocha avaliam combate à violência

Francelino Pereira sugere um programa específico de combate à violência entre jovens. Sebastião Rocha reconhece que o plano de segurança, mesmo sendo insuficiente, tem aspectos positivos.

PÁGINA 12

CAE DÁ PARECER FAVORÁVEL A MUDANÇA NA LEI KANDIR

Parecer favorável a projeto alterando a Lei Kandir, que desonera de ICMS produtos para exportação, foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A proposta institui um “seguro-receita” para estados e municípios que têm sua economia baseada em produtos exportáveis. Todas as emendas apresentadas foram rejeitadas e a matéria agora será apreciada pelo Plenário do Senado.

PÁGINA 8



A CAE rejeitou todas as emendas apresentadas à alteração na Lei Kandir

Plenário aprova Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

Objetivos são preservar a diversidade biológica e garantir a subsistência de populações locais

O Senado aprovou projeto do governo que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), objetivando a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos, o desenvolvimento sustentável e a garantia de subsistência das populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. A decisão, tomada na quarta-feira, agora vai a sanção.

A iniciativa se propõe a “valorizar a cultura e promover social e economicamente essas populações, utilizando mecanismos de uso sustentável da natureza no seu processo de desenvolvimento”. O texto estabelece ainda as diretrizes que devem reger o sistema, enfatizando o envolvimento da sociedade e a participação efetiva das populações locais na



Lobão elogiou consultas feitas a ONGs e governos estaduais e municipais

criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Foram aprovadas quatro emendas destinadas a alterar apenas formalidades de redação. Por isso, o texto não precisou voltar à Câmara.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador

Edison Lobão (PFL-MA) louvou, em seu parecer, o fato de o projeto ter sido amplamente debatido com organizações não-governamentais (ONGs), governos estaduais e municipais, setores produtivos e outros segmentos da sociedade brasileira.

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), que relatou a matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), disse, em seu parecer, que “persiste um quadro caótico” no tocante às unidades de conservação da natureza.

Começa a discussão de emenda que aumenta os recursos para a saúde

Em primeiro turno, o Senado iniciou quarta-feira a discussão da proposta de emenda constitucional que eleva os recursos aplicados pela União, por estados e municípios no setor, definindo suas fontes. A matéria será debatida em cinco sessões ordinárias, antes de ser votada.

A emenda prevê que uma lei complementar definirá o percentual a ser aplicado em saúde pela União, estados e municípios.

Até a aprovação dessa lei, a União ficaria obrigada no ano 2000 a destinar à saúde 5% a mais do que em 1999 e, entre 2001 e 2004, o

valor aplicado no ano anterior corrigido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB).

Pelo texto, os estados e o Distrito Federal terão de aplicar na saúde 12% da arrecadação dos impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre Transmissão Causa Mortis.

Os municípios e o DF, conforme a proposta, deverão destinar à saúde 15% da arrecadação dos impostos sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Serviços (ISS) e Transmissão Inter Vivos.

Senado manifesta pesar por tragédia em Uruguaiana

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) lamentou a morte de 12 crianças devido ao incêndio ocorrido na creche pública em que estavam, em Uruguaiana (RS). Ela apresentou requerimento, aprovado pelos senadores, para inclusão em ata de voto de profundo pesar pelas mortes e pelo envio de condolências às famílias das crianças e ao prefeito de Uruguaiana, Neito Bonotto. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), na presidência dos trabalhos, associou-se ao sen-

timento de pesar.

Emilia questionou a qualidade das políticas públicas oferecidas às crianças. Com base no noticiário, informou que na creche não havia telefone nem extintores de incêndio. “Quando os vizinhos viram a fumaça, resgataram muitas crianças, mas não viram que numa sala dormiam 12 outras. As autoridades precisam se conscientizar de que é sagrado um lugar onde as crianças precisam do acompanhamento de adultos e de

segurança”, disse ela.

Chocada com a tragédia, a senadora afirmou que, como mãe e avó, podia sentir a tristeza dos pais das crianças. Leu ainda texto da escritora Lia

Luft sobre a tragédia e sobre como todos estão despreparados para esse tipo de horror.



Emilia propôs o voto acolhido pelo Plenário



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 2000

PLENÁRIO	PREVISÃO
<p>Segunda-feira 14h30 – Sessão deliberativa ordinária Pauta: segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 86/99, altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; PDL nº 186/95, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Goiatuba para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatuba (GO); PDL nº 232/99, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aparecida (SP); e PDL nº 233/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Morada do Sol para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araraquara (SP).</p>	<p>34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; PDL nº 275/99, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Riograndense para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caxias do Sul (RS); PDL nº 287/99, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Champagnat para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba (PR); PDL nº 90/2000, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paraguaçu Paulista FM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraguaçu Paulista (SP); e PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do artigo 72 das Disposições Transitórias (base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal).</p>
<p>Terça-feira 14h30 – Sessão deliberativa ordinária Pauta: PLC nº 23/2000, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (mediante a tipificação de condutas que constituem crimes contra a Previdência Social); terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 86/99, altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; PDL nº 48/96, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Studio 96 para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba (PR); PDL nº 201/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Campinas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas (SP); PDL nº 243/99, que aprova o ato que renova a concessão da Emissora Centro-Oeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cruz Alta (RS); PDL nº 74/2000, que aprova o ato que outorga concessão à Gonçalves e Marchetti para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Primavera do Leste (MT); e Requerimento nº 316/2000, do senador José Fogaça, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 55 e 581, de 1999, por versarem sobre a mesma matéria.</p>	<p>Quinta-feira 14h30 – Sessão deliberativa ordinária Pauta: quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 86/99, altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; PDL nº 157/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Araguaia para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Goiânia (GO); PDL nº 177/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Itapetininga para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapetininga (SP); e Requerimento nº 297/2000, da senadora Maria do Carmo e outros senadores, solicitando o sobrestamento do PLS nº 492/99.</p>
<p>Quarta-feira 10h – Sessão extraordinária Pauta: apreciação da Representação nº 2/99, oferecida para apurar quebra de decoro parlamentar do senador Luiz Estevão.</p>	<p>Sexta-feira 9h – Sessão deliberativa ordinária Pauta: PDL nº 48/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Paranaense para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Sebastião do Paraíso (MG); PDL nº 234/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Emissora Vanguarda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba (SP); PDL nº 277/99, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Mãe de Deus para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul (RS); e PLS nº 263/99, altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.</p>
<p>14h30 – Sessão deliberativa ordinária Pauta: quarto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 86/99, altera os artigos</p>	

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Estados poderão fixar piso salarial diferenciado

Projeto, aprovado pelo Senado com 45 favoráveis e 10 contrários, possibilita ao poder público estadual estabelecer pisos regionais superiores ao salário mínimo em vigor. Matéria será enviada agora à Presidência da República para sanção

O Senado aprovou quarta-feira projeto do governo que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituírem piso salarial diferenciado, proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, para os empregados que não tenham piso definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho. Isso significa que os governadores podem fixar um piso salarial acima de R\$ 151. O projeto, que recebeu 45 votos favoráveis e 10 contrários, agora vai a sanção presidencial.

O texto determina que a autorização para a fixação do piso não poderá ser exercida no segundo semestre do ano em que se verificar eleição para governador, deputados estaduais e distritais. Estabelece ainda que esse piso não poderá ser fixado em relação à remuneração de servidores públicos municipais, e prevê sua extensão aos empregados domésticos.



Para Moreira, projeto permite fazer avançar a democracia participativa

Relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Sérgio Machado (PSDB-CE) disse que o projeto consistia em mais um passo da modernização institucional da economia brasileira, no sentido não só de garantir a estabilidade do nível de preços mas de permitir uma melhor distribuição de renda nacional.

Machado considerou uma falácia a tese de que a regionalização dos pisos salariais resultará no aumento da migração interna. Para ele, a questão da migração depende essencialmente do desenvolvimento de políticas regionais. “O combate às causas da migração não pode ser a partir de um piso salarial deprimido”, afirmou o parlamentar.

Ao relatar a matéria na Comissão de Assuntos Sociais, Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou que, “do ponto de vista político, a descentralização do piso salarial constitui-se em



Com o projeto, disseram alguns senadores no debate em Plenário, estados ricos poderão melhorar salários vigentes

avanço substancial da democracia participativa, servindo para fortalecer o princípio federativo”.

Moreira também ressaltou que os empregados domésticos, que ele considera prejudicados pela legislação trabalhista em vigor, serão beneficiados pela proposta aprovada.

Para ele, o projeto representa mais um passo no sentido do “aprimoramento institucional da legislação social brasileira” e da “construção de uma sociedade mais justa”.

Para Ademir, as novas regras desrespeitam a Constituição

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou a proposta do governo federal de instituir o salário mínimo regional, autorizando os estados a fixarem pisos salariais superiores ao salário mínimo. Para o parlamentar, a iniciativa governamental, além de ser “inconstitucional e imoral”, não passa de um artifício destinado a burlar o direito social do trabalhador de ter um salário mínimo que lhe assegure dignidade.

Ademir Andrade disse que o próprio valor de R\$ 151 fixado para o mínimo já fere a Constituição, que exige um piso capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador. Além disso, pensa ele, “o projeto de lei complementar apresenta um evidente desvio de poder, ao eximir do Executivo federal a obrigatoriedade de fixar o salário mínimo nacional”.

– Não tenho dúvidas de que haverá contravenção à Constituição se os estados, nada obstante terem sido autorizados a legislar sobre pisos salariais, venham na prática a fazê-lo de forma fraudulenta, definindo o que seria um piso único para qualquer trabalho, em todo o estado, confundindo propositadamente piso salarial e salário mínimo – advertiu o parlamentar.

Segundo o senador, a idéia dos mínimos regionais partiu de assessores do governo que sugeriram

que os governadores pudessem, por meio de lei complementar, criar salários mínimos diferenciados, de acordo com suas condições financeiras e instituir um salário-base que substituísse o mínimo, usado como referência para o cálculo dos proventos e pensões. O aumento dos gastos da Previdência serviram, como lembrou o senador, como argumento para o presidente da República fixar o mínimo em R\$ 151.

Na opinião de Ademir Andrade, o projeto não passa de uma tentativa de “torcer o texto constitucional para resolver um problema político que não foi possível equacionar com a desvinculação do mínimo dos pagamentos da Previdência”.

Além disso, acrescentou o parlamentar, “houve reações contrárias ao verdadeiro atentado que se queria fazer contra os 12 milhões de aposentados brasileiros que sobrevivem com os benefícios que lhes são pagos”.

Ademir Andrade afirmou que a prática do governo federal é a do fortalecimento do poder econômico e do enfraquecimento do Estado. E o senador Roberto Freire (PPS-PE) defendeu o projeto dizendo que ele abre perspectivas para que outros pisos salariais possam ser fixados no país.

Onze senadores participam de debate sobre o tema

Onze senadores se manifestaram sobre o projeto que autoriza os estados a fixarem piso salarial diferenciado, a começar por Roberto Saturnino (PSB-RJ), para quem o bom senso pedia que o projeto fosse rejeitado. “Não há mais nenhuma razão para essa proposta governamental, que se prendia à decisão sobre o salário mínimo, que já foi tomada em prejuízo da massa trabalhadora”, argumentou ele.

Ao anunciar sua inclinação em apoiar o projeto, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) reconheceu que seria bom para os estados estabelecer salários mínimos acima da cifra estabelecida pelo governo, mas mostrou-se preocupado com a possibilidade de esse novo salário ficar limitado à folha de pagamento do poder público nos estados.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) conclamou o governo do Rio Grande do Sul a fixar o salário mínimo naquele estado em R\$ 800, argumentando que o estado é rico o bastante para isso. Lembrando que um piso salarial alto foi a grande reivindicação que antecedeu a votação do salário mínimo, ele também conclamou o governador do Rio de Janeiro a fixar o salário mínimo no



Hugo Napoleão: espaço para “conversação aberta” nos estados



Lauro vê incoerência por parte de parlamentares da bancada governista

estado em R\$ 400.

Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou que o projeto em votação beneficiaria apenas os servidores públicos dos estados. “Isso aí é uma meia-sola, o que defendemos foi um salário mínimo maior para todos os trabalhadores do país”, observou.

Já o senador José Fogaça (PMDB-RS) sustentou que o projeto em votação era a salvação da Previdência Social. “É a garantia mais sólida de que, em poucos anos, os patamares da Previdência vão mudar efetivamente”, assegurou ele.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) classificou o projeto como uma “manobra demagógica e eleitoreira” destinada a quebrar a espinha dorsal da luta unificada dos traba-

lhadores em torno do salário mínimo.

Destacando a importância da discussão, Jader Barbalho (PMDB-PA) disse que o projeto obriga cada unidade da Federação a estabelecer um debate e, em consequência disso, ampliar o perfil de renda, através de uma política salarial. “Não vejo atraso nenhum nesse projeto”, disse ele.

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) sustentou que o projeto abria um contexto novo para que, em cada região do país, haja uma “conversação aberta” em torno da matéria. “A União não está retirando a autonomia de nenhum estado, ao contrário, está conferindo autonomia”, afirmou ele.

Ao definir a economia como uma ciência muito perigosa, o senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou que, no Plenário do Senado, “a economia se tornava perigosíssima”. Ele disse que os mesmos parlamentares que lutaram por um piso salarial de R\$ 151 agora pregam níveis mais elevados de salários, a serem pagos pelos cofres estaduais.

Votação sobre agências será na segunda

Projeto do Executivo fixando normas para gestão dos recursos humanos dos novos órgãos reguladores dos serviços públicos já foi aprovado na Câmara dos Deputados

Requerimento apresentado pelo líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), aprovado pelo Plenário, adiou para a próxima segunda-feira a deliberação do Senado sobre projeto que estabelece as normas para a gestão de recursos humanos das agências reguladoras. A proposta, de iniciativa do Executivo, já foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

A matéria recebeu pareceres favoráveis do senador Francelino Pereira (PFL-MG), na Comissão de Constituição, Justiça e Ci-

dadania (CCJ), e do senador Romero Jucá (PSDB-RR), na Comissão de Assuntos Sociais. Na CCJ, foram apresentadas 20 emendas ao projeto, todas rejeitadas pelos relatores. Na sessão de quarta-feira, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) recorreu da decisão na comissão e requereu destaque para votação em separado de cinco emendas de sua autoria.



Arruda assinou requerimento adiando a votação

A senadora implorou aos senadores “e a todos os santos” para que o Plenário examine suas sugestões de mudança no projeto, todas elas, segundo disse, destinadas a impedir a revogação de artigos que asseguram um mínimo de moralidade pública. Como

exemplo, ela referiu-se a artigos das leis que criaram as agências nacionais do Petróleo (ANP) e de

Telecomunicações (Anatel), impedindo que diretores e conselheiros tenham interesse, direto ou indireto, em empresa relacionada com os respectivos setores regulados pelas agências.

“É necessário, como no sistema financeiro, manter uma distinção muito clara entre a condução de políticas públicas e os interesses particulares dos que são nomeados como responsáveis pela condução daquelas políticas”, argumentou a senadora na justificativa de suas emendas.

Criada Semana de Combate ao Câncer de Próstata

O Senado aprovou na quarta-feira o substitutivo ao projeto de lei que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata, acompanhada por campanha institucional a ser desenvolvida a partir do dia 27 de novembro, Dia Nacional de Combate ao Câncer. A matéria foi enviada à Comissão Diretora para a redação final.

Conforme o substitutivo aprovado, a promoção e a coordenação da Semana serão de responsabilidade do Ministério da Saúde. A campanha publicitária institucional deverá conter mensagens sobre o que é o câncer de próstata e suas formas de prevenção. Além disso, a Semana terá várias atividades, como o estabelecimento de parcerias com as secretarias estaduais e municipais de Saúde para proporcionar exames gratuitos de prevenção da doença; e parcerias com universidades, sociedades civis organizadas e sindicatos para a realização de debates e palestras sobre a doença e as formas de combate e prevenção.

Segundo a justificativa da autora do projeto, deputada Telma de Souza (PT-SP), “o machismo unido à desinformação está impedindo que os homens combatam a doença”. Em consequência, os números são alarmantes — apenas 5% dos brasileiros acima de 50 anos têm feito o exame de sangue conhecido como PSA, de acordo com dados do Instituto Nacional do Câncer:

— Para cada 100 mil habitantes, há 22 casos de câncer de próstata. Nos homens com mais de 65 anos, a incidência aumenta para 220 casos. Esses números são referentes a estatísticas realizadas no estado de São Paulo nos dois últimos anos. Outros números mostram que um a cada 12 homens terá câncer de próstata no decorrer da vida e que este é, hoje, entre os homens, o câncer mais comum e o segundo em número de mortes, só perdendo para o câncer de pulmão — revela a deputada.

O relator da matéria na Comissão de Educação (CE), senador Sebastião Rocha (PDT-AP), assinalou o fato de a iniciativa ter sido de uma mulher e, dessa maneira, ter também demonstrado seu amor pelos homens, que nada fizeram a respeito dessa doença. O senador espera que, a partir da conscientização, seja possível reduzir o tabu e o preconceito contra o exame de toque retal.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2000

1

Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2000 — Complementar. Presidente da República. Autoriza os estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22.

Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 45 Não: 10 Abst.: 00 Total: 55. À sanção.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2000. Presidente da República. Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências.

Resultado: Lido e aprovado requerimento do senador José Roberto Arruda solicitando adiamento da votação. A matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da segunda-feira, dia 26.6.2000.

3

Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1999. Senador Lúcio Alcântara e outros. Dá nova redação à alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira).

Resultado: Retirada. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da segunda-feira, dia 26.6.2000.

4

Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000. Senador Bernardo Cabral e outros. Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição federal (condição de nomeação de auditor para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União).

Resultado: Retirada. Matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa da segunda-feira (26.6).

5

Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1999 — Complementar. Senador José Eduardo Dutra. Estabelece normas de acesso ao Sifai (Sistema de Administração Financeira) e outros sistemas de informações de órgãos públicos, e dá outras providências.

Resultado: Retirado. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa de segunda-feira (26.6).

6

Projeto de Resolução nº 8, de 2000. Senador Jorge Bornhausen. Autoriza os municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal, destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal.

Resultado: Aprovado o substitutivo, em turno único. Lida e rejeitada a Emenda nº 2-Plen, destacada, tendo recebido parecer contrário. Aprovado o substitutivo, em turno suplementar. Lida e aprovada a Emenda nº 1-Plen, destacada, tendo recebido parecer favorável. À promulgação. Fica prejudicado o PRS nº 8/2000 e o PRS nº 18/2000, que com ele tramitam em conjunto.

7

Projeto de Resolução nº 18, de 2000. Senador José Roberto Arruda. Autoriza os municípios a contratarem operação de crédito com a Caixa Econômica Federal destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal.

Resultado: Prejudicado, em virtude da aprovação do item anterior.

8

Projeto de Resolução nº 59, de 2000 (OF. “S” nº 12/2000). Comissão de Assuntos Econômicos. Autoriza o estado de São Paulo a conceder contragarantia à República Federativa do Brasil na operação de crédito a ser realizada entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e o BID, no valor de US\$ 250 milhões, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Despoluição do Rio Tietê — Etapa II.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

9

Projeto de Resolução nº 61, de 2000 (MSF nº 113/2000). Comissão de Assuntos Econômicos. Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à República Federativa do Brasil na operação de crédito externo, a ser contratado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor equivalente a até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — Bird (Crediamigo).

Apresentado como conclusão do Parecer nº 638/2000-CAE, relator: senador Freitas Neto, com voto contrário do senador Lauro Campos.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

10

Projeto de Resolução nº 63, de 2000 (MSF nº 107/2000). CAE. Autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até 17.800.000 Direitos Especiais de Saque, equivalentes a, aproximadamente, US\$ 25.000.000, de principal, entre o Brasil e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária na Semi-Árida da Região Nordeste.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

11

Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1997. Institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata.

Resultado: Prejudicado o projeto. À CDIR, para redigir o vencido, para o turno suplementar.

12

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999. Presidente da República. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Resultado: Aprovado. Aprovadas as emendas nºs 1 a 4-CCJ, de redação, de parecer favorável. Rejeitadas as emendas nºs 5 a 9-Plen, de parecer contrário. À sanção.

13

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1999. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Resultado: Encerrado o primeiro dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para o segundo dia de discussão, em primeiro turno.

14

Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 1999. Renova a concessão da Rádio Excelsior OM, de São Paulo (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

15

Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 1999. Outorga concessão à Fundação Champagnat para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens em Curitiba (PR).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

16

Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 1999. Renova a concessão da Orlândia Rádio Clube Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Orlândia, estado de São Paulo.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

17

Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 1999 (nº 139/99, na Câmara dos Deputados). Outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Pedro Três para executar serviço de radiodifusão sonora em FM em Vila Velha (ES).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

18

Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 1999 (nº 160/99, na Câmara dos Deputados). Outorga permissão à Fundação de Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Toledo — Fundação Toledo para executar serviço de radiodifusão sonora em FM em Toledo (PR).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

19

Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 1999. Outorga permissão à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado para executar serviço de radiodifusão sonora em FM em Ijuí (RS).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

20

Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2000. Outorga a permissão à Rádio FM da Ilha para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra de Coqueiros (SE).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

21

Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2000. Outorga concessão à Fundação Cultural e Educacional de Itajaí para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens em Itajaí (SC).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

22

Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2000. Aprova o texto do Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, celebrado entre o Brasil e Angola, em Luanda, em 31 de maio de 1999.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

23

Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2000 (nº 404/2000, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo entre o Brasil e Israel sobre Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Nacionais Válidos, celebrado em Brasília (1.9.1999).

Resultado: Aprovado. À promulgação.



O Plenário aprovou na quarta-feira a proposta na forma de substitutivo do senador Roberto Saturnino a projeto de Jorge Bornhausen

Senado autoriza empréstimo do BNDES a municípios

Os recursos, previstos em projeto que será agora promulgado, devem ser utilizados para a modernização e fortalecimento da máquina administrativa

Os municípios brasileiros foram autorizados pelo Plenário do Senado, na última quarta-feira, a contratar operações de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa. Para a obtenção do benefício, ficarão dispensados de várias exigências impostas pela Resolução nº 78, do Senado, como a de não ter resultado primário negativo e a de apresentar certidões que comprovem a regularidade de suas obrigações junto a fundos e programas.

Pela proposta, aprovada na forma de substitutivo do relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), a projeto de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), o Banco Central deverá enviar ao Senado relatório trimestral sobre os empréstimos efetuados pelos municípios. A matéria foi também aprovada em turno suplementar e será agora promulgada.

Os recursos a serem aplicados pelo BNDES terão origem em empréstimo a ser firmado com o Banco Mundial. Esse é o motivo pelo qual o relator substituiu a Caixa Econômica Federal (CEF) pelo BNDES como agente prestador. Quando o contrato for assinado, a CEF, pela presença em todo o país, será integrada ao projeto, segundo informou o senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Apesar de considerar saudável a iniciativa, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) avaliou que seria "temerário" deixar de incluir no projeto mecanismo de proteção para evitar o uso indevido dos recursos, dada a proximidade do período eleitoral. Por esse motivo, apresentou no turno suplementar emenda de Plenário estabelecendo que os empréstimos somente poderão ser realizados até 120 dias antes das eleições. A emenda foi acolhida pelo relator e demais senadores, exceto Paulo Hartung (PPS-ES).

Para o senador capixaba, os programas de modernização da máquina exigem aplicação dos recursos em equipamentos e treinamento de pessoal, com redução das despesas municipais, pois melhores condições de cadastro e arrecadação redundam, segundo disse, em aumento da arrecadação municipal de impostos e tributos. Além disso, Hartung e outros senadores salientaram que a própria Lei Eleitoral proíbe a realização de empréstimos a partir de 30 de junho, de modo que a emenda seria inócua.

Jorge Bornhausen e Carlos Patrocínio (PFL-TO) informaram que mais de 3.300 municípios já estão com toda a documentação pronta para a obtenção dos financiamentos. Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), que foi duas vezes prefeito de Campo Grande (MS), considerou o projeto excepcional. Agnelo Alves (PMDB-RN), por sua vez, referendou o temor de Geraldo Melo.

Governo poderá realizar operação de US\$ 25 milhões para o semi-árido nordestino

O Plenário do Senado autorizou o governo a realizar operação de crédito externo no valor correspondente a 17,8 milhões de Direitos Especiais de Saque, o que equivale a cerca de US\$ 25 milhões, para financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos de Reforma Agrária no Semi-Árido da Região Nordeste. O empréstimo será concedido pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida).

Com parecer favorável do senador Wellington Roberto (PMDB-PB), apresentado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o

projeto foi criticado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). Conforme a parlamentar, o empréstimo aumenta o endividamento do país e, do valor total, menos de 20% chegarão aos beneficiários, pois mais de 70% dos recursos serão gastos com custos operacionais, contratação de consultoria e equipes multidisciplinares. Ela defendeu a utilização da contrapartida brasileira à operação diretamente nos assentamentos, evitando o aumento da dívida pública.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) contestou Heloísa Helena dizendo que todo dinheiro aplicado

em reforma agrária é pouco. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) acrescentou: "Principalmente quando é para o semi-árido".

O Plenário também aprovou parecer favorável do senador Freitas Neto (PFL-PI) autorizando o governo a conceder garantia para que o Banco do Nordeste do Brasil contrate empréstimo no valor de US\$ 50 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Crédito Produtivo Popular para o Nordeste, denominado Crediamigo.

Aprovada contragarantia a crédito em favor da Sabesp

O Senado aprovou na quarta-feira projeto de resolução que autoriza o estado de São Paulo a conceder contragarantia ao governo brasileiro em operação de crédito a ser realizada entre a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O projeto agora vai à promulgação.



Ney Suassuna enfatizou o objetivo social da operação

A operação, no valor de US\$ 200 milhões, será destinada ao financiamento da segunda etapa do Programa de Despoluição do Rio Tietê. Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) invocou, em seu parecer, a importância para São Paulo da despoluição do rio.

Na discussão do projeto, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) leu informações oficiais segundo as quais a Sabesp está em ótima situação financeira, com grau de endividamento abaixo do índice médio recomendável. Levando em conta a avaliação favorável dos indicadores econômicos da Sabesp, a senadora pediu o compromisso da bancada gover-

nista de que a empresa não será privatizada. — Se é uma empresa jóia, então esperamos que, sendo tão maravilhosa, não venha a ser privatizada —, afirmou Heloísa Helena, informando que a maioria dos senadores do

Bloco Oposição votaria favoravelmente ao projeto.

Em resposta, o senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo, informou que a Sabesp é empresa estadual e que a decisão de privatizá-la não é do governo federal. Ele explicou que esse empréstimo é extremamente importante para a cidade de São Paulo, porque visa a despoluir o rio Tietê.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) também se manifestou para enfatizar o objetivo social do empréstimo, visto que a despoluição do rio criará empregos e melhorará a qualidade de vida da população. "Despoluir os nossos rios é uma coisa que todos os brasileiros devemos querer", pregou Suassuna, antes de a matéria ser aprovada.

Seis concessões de rádio têm o voto favorável do Plenário

O Senado aprovou quarta-feira seis concessões de rádio para cinco estados. Também renovou as concessões da Rádio Excelsior, da cidade de São Paulo, e da Orlândia Rádio Clube, de Orlândia (SP).

As concessões foram outorgadas à Fundação Champagnat, de Curitiba (PR); à Fundação Educativa e Cultural Pedro Três, em Vila Velha (ES); à Fundação de Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Toledo, em Toledo (PR); à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado, em Ijuí (RS); à Rádio FM da Ilha, em Barra dos Coqueiros (SE); e à Fundação Cultural e Educacional de Itajaí, em Itajaí (SC). As matérias vão agora à promulgação.

Acordos facilitam entrada de brasileiro em Angola e Israel

Dois acordos internacionais que facilitarão o trânsito de diplomatas e turistas entre Brasil, Angola e Israel, além de intensificar as relações econômicas e culturais entre esses países, foram aprovados quarta-feira pelo Senado. O acordo firmado com a República de Angola suprime a necessidade de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, desde que a permanência no país não ultrapasse o prazo de 90 dias. O acordo assinado com Israel também prevê o prazo de 90 dias, mas abre a isenção de visto para os turistas. Os acordos não valem para quem pretende se estabelecer e trabalhar no país. As matérias serão agora promulgadas.

CCJ/DECORO PARLAMENTAR

Comissão aprova processo. Plenário vota na quarta

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou, na sessão deliberativa de quarta-feira, que a sessão extraordinária para votação do projeto de resolução e dos pareceres respectivos que definem a perda do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), por quebra de decoro parlamentar, está marcada para as 10h da próxima quarta-feira.

A resolução decorreu de decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), que aprovou, na quarta-feira, parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que considerou correto, sob os aspectos legais, jurídicos e constitucionais, o parecer aprovado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que recomenda a cassação do mandato do senador Luiz Estevão. O relatório, que precisava de 12 dos 23 votos da comissão para ser referendado, teve 15 votos favoráveis, 5 contrários e 3 abstenções.

MÉRITO

No Plenário, a matéria deverá passar por outro processo, desta vez com a avaliação de todos os aspectos, principalmente os relativos ao mérito. Nesta última etapa, serão ouvidas as explicações dos relatores, senador Jefferson Péres (PDT-AM), que emitiu parecer sobre a matéria no conselho, e senador Romeu Tuma, responsável pela análise da legalidade e constitucionalidade do processo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Também serão ouvidos todos os senadores que queiram se manifestar e a defesa do senador, que poderá ser feita por ele mesmo e seus advogados.

A votação obedecerá o processo secreto e são necessários os votos favoráveis de 41 dos 81 senadores para confirmar as decisões das duas instâncias anteriores. Caso o Plenário decida pela cassação do mandato do senador pelo Distrito Federal, ele perderá os seis anos e seis meses restantes de seu atual mandato e ficará proibido de candidatar-se a novos cargos eletivos pelo período de oito anos, contados após a data prevista para o término do presente mandato.



A Comissão de Justiça aprovou procedimentos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar por 15 votos favoráveis, 5 contrários e 3 abstenções

CRONOGRAMA DA REUNIÃO DA CCJ QUE DECIDIU DAR PROSSEGUIMENTO AO PROCESSO DE CASSAÇÃO DE LUIZ ESTEVÃO

10h30 – O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), dá início à reunião, definindo a sistemática da análise do parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP)

10h35 – Tuma faz breves considerações sobre o “momento difícil vivido pelo Senado” e abre mão do tempo de 50 minutos a ele destinado

10h40 – Os advogados de defesa do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) fazem um memorial do processo, elencando o que consideram ilegalidades no parecer aprovado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

11h19 – Luiz Estevão faz sua exposição, auxiliado por projeções de trechos do relatório de Tuma, do parecer do Conselho de Ética e de outros documentos

12h13 – Agripino decide sobre preliminar da defesa que pede o impedimento do relator

12h30 – O presidente da CCJ anuncia o início da discussão do parecer de Tuma e concede a palavra ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

12h45 – Suplicy concede aparte a Estevão

12h50 – Agripino se recusa a receber novos documentos entregues por Suplicy

12h55 – O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) aponta que conduta de Estevão, imprópria ao decoro parlamentar, se deu durante o exercício do mandato

13h10 – O senador Roberto Freire (PPS-PE) discute aspectos técnicos do parecer de Tuma

13h18 – O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) pede atenção aos membros da CCJ na análise do parecer

13h38 – Tuma faz suas considerações finais

13h45 – O advogado de defesa Felipe Amodeo faz as considerações finais e reclama do que considera ilegalidades cometidas pelo Conselho de Ética

13h53 – Estevão faz suas considerações finais

14h07 – O presidente da CCJ anuncia início do processo de votação. O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) é o primeiro a votar

14h22 – Encerrada a votação, Agripino convida os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) para a contagem dos votos

14h29 – Agripino proclama o resultado da votação e encerra a reunião da CCJ

Tuma reafirma legalidade da atuação do Conselho de Ética

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) reafirmou sua convicção sobre a legalidade e constitucionalidade do processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Relator do processo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Tuma argumentou: “O pro-



Tuma observa que Estevão teve direito a ampla defesa

cesso no conselho, presidido com total isenção e ética pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), seguiu totalmente os preceitos da legalidade e constitucionalidade, tendo sido concedido o direito à ampla defesa do citado. Minha conclusão, portanto, não poderia ser outra”.

Tuma, que esteve incumbido de avaliar o relatório proferido pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) no Conselho de Ética do Senado, disse que esta não foi a única peça analisada, tendo formado sua consciência também a partir das notas taquigráficas dos debates acontecidos na CPI do Judiciário, onde surgiram as primeiras denúncias contra Estevão.

– Não há apelo partidário nesta questão. A decisão a ser tomada é pessoal e de consciência de

cada senador – enfatizou o relator.

O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), indeferiu o requerimento da defesa de Luiz Estevão que solicitou a declaração de incompatibilidade do senador Romeu Tuma (PFL-SP) para o exercício da relatoria do processo de cassação de Estevão na

CCJ. Os advogados alegaram que, em função de Tuma haver participado do processo quando o mesmo foi apreciado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, estaria exercendo as atividades em duplicidade, acumulando as funções de examinador do caso.

O argumento foi rejeitado por José Agripino, que citou artigos regimentais respaldando sua decisão e lembrou que a prerrogativa de indicação do relator cabe ao presidente da comissão. Agripino destacou ainda que Romeu Tuma foi indicado também por ocupar a função de Corregedor Parlamentar do Senado, cargo para o qual foi eleito e reeleito pelos demais senadores da Casa: “Seus pares entenderam que ele não é sectário, não é faccioso e age com equilíbrio”, concluiu.

Oposição cobra admissão de erro do parlamentar do DF

Na reunião da CCJ, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o dado mais importante da representação contra Estevão é o fato de o senador pelo Distrito Federal haver mentido em seu depoimento à CPI do Judiciário. “É possível recuperar a confiança das pessoas se o indivíduo admite que errou e até mesmo que mentiu ou omitiu a verdade”, declarou.

Esta foi também a síntese do pronunciamento do senador Roberto Freire (PPS-PE), para quem as “tentativas de obstrução dos trabalhos e as contradições verificadas nos depoimentos perante a CPI” serviram para orientar o processo em avaliação.



Dutra diz que Estevão atravessou caminho da CPI do Judiciário

Já o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) reportou-se ao relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) para lembrar que atos pretéritos dos senadores não são irrelevantes se provocam projeção sobre a atuação presente do parlamentar. Ele citou a suposta pressão que Luiz Estevão teria exercido sobre os funcionários da CPI do Judiciário para evitar que as investigações em negócios irregulares – onde seu nome apareceria – prosseguissem. Dutra acrescentou que “Estevão atravessou o caminho da CPI nas investigações sobre as obras do TRT-SP para evitar as conclusões sobre sua participação nas negociações”.

CCJ/DECORO PARLAMENTAR

Luiz Estevão vê falhas no relatório de Jefferson

Na exposição que fez à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Luiz Estevão apontou fatos que, na sua opinião, demonstram a falta de rigor do relator na comissão, senador Romeu Tuma, e do parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que pede a cassação de seu mandato. Durante mais de uma hora, Estevão listou o que identificou como falhas no relatório de Jefferson Péres no Conselho de Ética.

– Rigor houve na proposta de pena, de me banir da vida pública por 14 anos e meio. Agora, rigor na apuração e no enquadramento nos preceitos da Constituição e do Código de Ética, esse não houve – afirmou Estevão, após lembrar que não responde a nenhum processo referente à obra do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. Ele alertou que a decisão da CCJ pode formar jurisprudência, “que torna o Senado e a Câmara instâncias revisoras da vontade popular”. Assim, disse, o Senado será a primeira e última instância de julgamento, “ameaçando um mandato conquistado legitimamente”.

Para rebater argumentos que recomendam a perda de mandato, Estevão baseou-se, entre outros itens, na perícia realizada em documentos entregues por ele à CPI. “Os peritos desmentem a tese da falsidade ideológica e da mentira”, frisou, acrescentando que isso não teria sido levado em consideração no parecer do Conselho de Ética.

Sobre a consulta que fez em 1995 a respeito do andamento de processo no Tribunal de Contas da União (TCU) relativo à obra do fórum trabalhista, Estevão declarou que tinha “negócio de vulto com a empresa construtora” e, assim, estava protegendo interesses de sua empresa.

O senador negou ter procurado o deputado João Fassarella (PT-MG), então sub-relator da Comissão de Orçamento, no dia 12 de janeiro de 1999, apresentando documentos que comprovam que estava fora do país na data indicada pelo parlamentar. Admitiu ter se encontrado com Fassarella no dia

17, mas para pedir a transferência de recursos previstos ao TRT-SP, para a instalação de tribunais de pequenas causas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

– Por que iria pedir recursos para uma obra interrompida, amaldiçoada, a um deputado de partido ao qual havia feito oposição nos últimos quatro anos? É um despropósito que se rasguem 460 mil votos em cima de uma acusação descabida como essa – declarou, ao apresentar documento do TJDF para apoiar sua afirmação.

Estevão citou trechos dos depoimentos de dois servidores do Senado e do perito da Polícia Federal José Marcion da Silva, que teriam negado qualquer ameaça por parte do senador durante os trabalhos da CPI do Judiciário. Segundo ele, também houve falta de rigor no relatório de Jefferson Péres porque

“Os peritos desmentem a tese da falsidade ideológica e da mentira”, afirmou Luiz Estevão em sua exposição

o relator “não se interessou em saber em que ponto estavam os processos” que corriam na Justiça.

Luiz Estevão apontou ainda casos em que representações contra deputados foram arquivadas na Câmara

por tratarem de fatos anteriores ao mandato.

O último *slide* apresentado por Estevão em sua exposição continha a frase: “Não sou sócio e nunca tive qualquer participação na empresa Incal”. Ele afirmou que o contrato assinado com Fábio Monteiro de Barros (dono da Incal), encaminhado ao Senado pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, não tem valor, já que não foi registrado na Junta Comercial.

O senador respondeu ainda a uma declaração de Jefferson Péres em reunião do Conselho de Ética, segundo a qual, caso perdesse o mandato, ele poderia voltar ao “seio de sua família” e não estaria privado de liberdade. “Quem medera que, privado do mandato, eu pudesse voltar a ser um cidadão capaz de viver num clima de felicidade e de alta estima de todos”, disse Estevão. “Pretender que um tiro de morte em minha vida pública não traga nenhuma consequência maior, não sei como qualificar isso.”



Na exposição à CCJ, Luiz Estevão utilizou *slides*, inclusive um que afirmava: “Não sou sócio e nunca tive qualquer participação na empresa Incal”

Para a defesa, não houve quebra de decoro

O eixo da defesa apresentada pelos advogados do senador Luiz Estevão, Felipe Amodeo e Rogério Marcolini, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi de que não houve quebra de decoro, como afirmado no parecer aprovado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Segundo eles, a quebra de decoro por um senador, definida pela Constituição e pelo Regimento Interno do Senado, só acontece quando há abuso das prerrogativas da função, pelo recebimento de vantagens indevidas, ou pela prática de irregularidades graves no exercício do mandato.

– Afora essas hipóteses, a cassação do mandato de senador da República é medida arbitrária, que viola a Constituição federal e fere a ordem jurídica do Estado democrático de direito – afirma o documento lido por Marcolini.

Na interpretação da defesa, não há fatos que configurem a quebra de decoro, já que os acontecimentos examinados pela CPI

do Judiciário, com relação às irregularidades na construção do fórum trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, são anteriores ao exercício do mandato de Estevão. Citando juristas e outros pareceres sobre representações apresentadas contra parlamentares, os advogados ressaltaram que os fatos que podem ensejar o processo de perda de mandato por falta de decoro parlamentar “hão de ser contemporâneos ao exercício do mandato”.

Já as prerrogativas de senador, para a defesa, estão limitadas às “imunidades de direito material e de direito processual”, segundo o artigo 53 da Constituição. Assim, disse Marcolini, só há abuso das prerrogativas na medida em que o congressista usar abusivamente de sua imunidade parlamentar. A prática de irregularidades no desempenho do mandato, como as acusações de

que Estevão teria faltado com a verdade na CPI do Judiciário ou que teria ameaçado assessores da CPI, na visão dos advogados, também não foi observada.

– Nenhuma das condutas imputadas encontra subsunção típica às hipóteses de quebra de decoro parlamentar expressas, e taxativamente previstas, no Regimento Interno – afirmou Marcolini.

Terminada a discussão, Amodeo protestou contra o que chamou de ilegalidades no processo. Para ele, o presidente da CCJ deveria ter determinado a juntada dos novos documentos entregues pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

– Ou admitimos que os fatos são anteriores ao mandato, ou vamos contra os fatos que estão no processo – afirmou Amodeo, levantando a possibilidade de que casos como esse sirvam de base para que mandatos políticos passem a ser “subtraídos por uma questiúncula”.

Jader aponta “fragilidade” nas acusações

O presidente do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), alertou para a seriedade da decisão que os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania estariam tomando, pois serviria para balizar futuros episódios no Senado. Ele não apresentou voto



Jader alertou que a decisão poderá “balizar futuros episódios”

em separado ao relatório do senador Romeu Tuma, apesar de ter sido essa a expectativa, já que havia feito um pedido de vista nominal do processo.

Jader levantou dúvida quanto a alguns pontos que, em sua opinião, demonstram fragilidade e inconsistência das acusações citadas no parecer aprovado pelo Conselho de Ética. O primeiro deles, enumerou, é o fato de o processo analisar atos de Estevão

anteriores à vigência do mandato parlamentar, enquanto a Constituição e o Regimento Interno do Senado estabelecem como critério preliminar que só devem ser

avaliadas as ações posteriores à diplomação.

Outra questão que, segundo Jader, poderia suscitar incertezas, diz respeito ao fato de os relatores não acreditarem em documentos e na palavra de Estevão, enquanto consideram válida a palavra de assessores e de outros parlamentares ligados a partidos e forças políticas distintas das do senador acusado.

– Eu não quero dizer que a acusação não tem direito a ter suas dúvidas, mas quero que a CCJ tenha certeza sobre a decisão que vai tomar, agindo sob a égide da Constituição e da legalidade – afirmou.

CAE aprova alterações na Lei Kandir

Projeto de iniciativa do governo, que agora será votado pelo Plenário do Senado, institui um “seguro-receita” para estados e municípios que têm economia fortemente baseada em produtos destinados à exportação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, na quarta-feira, parecer favorável a projeto que altera a Lei Complementar nº 87, de 1996, mais conhecida como Lei Kandir. Encaminhada pelo Poder Executivo e aprovada pela Câmara dos Deputados, a proposta teve parecer favorável do relator, senador José Alencar (PMDB-MG), e foi acatada pela comissão na forma original, sem as três emendas apresentadas. A matéria será votada ainda pelo Plenário do Senado.

O projeto do governo prevê um “seguro-receita” para os estados e municípios que têm sua base econômica fortemente destinada à exportação. Essas unidades da Federação foram prejudicadas com a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos produtos destinados ao mercado externo, determinada pela Lei Kandir.

O texto aprovado pela CAE determina que os valores a serem entregues pela União aos estados e municípios, nos anos de 2000, 2001 e 2002, não mais obedecerão aos percentuais estabeleci-

dos pela Lei Kandir, mas passarão a ser fixos: R\$ 3,984 bilhões este ano; R\$ 3,148 bilhões no ano que vem; e igual quantia em 2002. Esses valores serão corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas. Para efeito comparativo, o relator anexou os valores repassados pela União a estados e municípios nos dois últimos anos: R\$ 1,63 bilhão em 1998 e R\$ 3,075 bilhões no ano passado.

O projeto estabelece ainda que o ICMS cobrado das mercadorias destinadas ao ativo permanente das empresas poderá ser transformado em crédito e descontado em 48 meses. No texto em vigor, esse crédito pode ser descontado em um único mês.

A proposta também possibilita a cobrança do ICMS incidente sobre a aquisição de energia elétrica de outro estado, desde que não destinada à comercialização ou industrialização; a definição do estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço como local de prestação do serviço de comunicação por satélite; e a divisão em partes iguais do impos-



Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos rejeitaram todas as emendas apresentadas ao projeto

to recolhido para unidades da Federação onde estiverem localizados o prestador e o tomador do serviço. Determina ainda que as empresas terão direito ao crédito do ICMS pago somente sobre a parcela de consumo de energia elétrica e de serviços de telecomunicações efetivamente destinada à produção.

EMENDAS

Todas as três emendas de mérito apresentadas pelo relator foram recusadas. A primeira pretendia extinguir a proposta de

se dividir em 48 meses o crédito de ICMS decorrente da aquisição de bens para o ativo permanente. A segunda concedia o crédito de ICMS para todo o consumo de energia elétrica e de telecomunicações da empresa, e não apenas daquela parcela destinada à produção. A terceira determinava que o saldo de crédito de ICMS por parte das empresas deveria ser compensado em, no máximo, um ano, e não a critério da autoridade fazendária, como constante da

proposta do governo.

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), salientou que a lei complementar em discussão fora objeto de entendimento entre o governo federal e os governadores por longo tempo. O líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou que muitos governadores já contam com os recursos para o segundo semestre, repasse que se tornaria inviável se a proposta voltasse à Câmara.

Empréstimos ajudam a reequipar Polícia Federal

Foram aprovados também, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), pareceres favoráveis a dois empréstimos para reequipar e aumentar a presença da Polícia Federal (PF) na Amazônia e nas regiões de fronteira. Ambos têm o mesmo valor – US\$ 212,6 milhões – e se referem às parcelas alemã e francesa para aquisição de bens e serviços referentes aos projetos Pró-Amazônia e Promotec. As propostas serão ainda apreciadas pelo Plenário do Senado.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), relator do empréstimo do Kreditanstalt für Wiederaufbau, afirmou que o Pró-Amazônia visa fortalecer a presença da PF na Amazônia Legal, enquanto o Promotec pretende fortalecer a polícia nas outras regiões do país. O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), disse que a PF realmente precisa dos equipamentos, principalmente para o combate ao narcotráfico.

Relator do empréstimo do Banque Nationale de Paris, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM)



Relator de um dos pedidos de empréstimo, Mestrinho disse que operação está dentro das normas

afirmou que a concessão dos créditos obedece às normas estabelecidas pelo Senado. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que ambos os projetos foram apresentados há três anos, em reunião internacional da Interpol. A comissão aprovou o pedido de urgência para que ambas as matérias sejam encaminhadas à votação no Plenário.

Apenas a senadora Heloísa Helena (PT-AL) absteve-se de votar. O senador Agnelo Alves (PMDB-RN), embora tenha votado a favor, sali-

entou que cada empréstimo aprovado pelo Senado aumenta o contingenciamento do Orçamento no ano seguinte.

REQUERIMENTO

A CAE aprovou também requerimento formulado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que pede audiência pública para que um representante do Banco Central e o presidente do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), Domingos de Andrade, expliquem como a instituição financeira conseguiu acumular uma dívida de R\$ 2,1 bilhões após vários anos de superávit.

Por solicitação do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), foi aprovado também convite ao governador daquele estado, Esperidião Amin, para falar sobre o mesmo assunto. A comissão acolheu ainda requerimento do senador Moreira Mendes (PFL-RO) para que seja feita outra audiência pública sobre a situação do Banco do Estado de Rondônia (Beron), que, segundo o parlamentar, passa por situação semelhante.

Renegociação de débitos do campo pode ser votada na próxima semana

A medida provisória que permite aos produtores rurais e cooperativas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste renegociarem dívidas contraídas em financiamentos com

recursos dos chamados fundos constitucionais poderá ser votada pelo Congresso Nacional na próxima semana, junto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A informação é do vice-presidente da comissão mista que analisa a MP, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

O senador disse que vem mantendo contato com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que coloque em pauta a matéria. Para Jonas, a MP que reduz os juros para os agricultores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste necessita ser aprovada com urgência, como forma de socorrer milhares de produ-

tores que se encontram em difícil situação financeira.

A comissão mista resolveu adiar a votação prevista para terça-feira passada, conforme Jonas Pinheiro,



Jonas Pinheiro lamenta que juros estejam muito elevados

em virtude de divergências envolvendo os juros a serem aplicados nos refinanciamentos de dívidas passadas dos agricultores. O governo não acolheu as alterações propostas pela comissão, que deseja baixar as alíquotas dos juros. — Quando a medida provisória foi editada,

há 22 meses, os juros de 9% a 16% ao ano não eram altos. Hoje, com uma inflação girando em torno de 4% a 5%, aqueles juros, que constam da MP, se tornaram impraticáveis, sendo que outras linhas de crédito para o meio rural estão mais baratas do que os próprios fundos constitucionais — afirmou Jonas Pinheiro.

Pressa não prejudicou debate na análise da ANA, diz Machado

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) rebateu as críticas feitas por alguns parlamentares à rápida tramitação na Casa do projeto de lei – aprovado na terça-feira – que cria a Agência Nacional de Águas (ANA). “Efetivamente, o governo tem pressa”, disse Machado, que foi relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais; “tem pressa porque é urgente a tarefa de reverter a utilização desregrada dos nossos rios, que ocasiona, num ritmo crescente, as secas no semi-árido e a poluição dos mananciais que cruzam os grandes centros urbanos”.

Machado se referiu à crítica situação a que chegaram cidades como São Paulo e Recife, onde há racionamento de água, para completar: “Seria de se estranhar que, com um quadro como esse, o governo não tivesse pressa. Entretanto, é falsa a percepção de que a pressa tenha atrapalhado o debate”.

O senador lembrou que o projeto foi debatido em um seminário do qual participaram cerca de

400 especialistas, e analisado por três comissões: Constituição, Justiça e Cidadania; Serviços de Infra-Estrutura e Assuntos Sociais.

Ele também considerou dispensáveis as duas emendas do senador Paulo Souto (PFL-BA) que atribuíam ao Congresso a competência para apreciar obras envolvendo conflitos de interesse entre estados ou o uso de recursos hídricos de diferentes bacias hidrográficas. No seu entender, tais questões devem ser discutidas e deliberadas pelos congressistas quando da discussão dos planos plurianuais, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos.

Sérgio Machado admitiu incongruência entre o texto do projeto e sua ementa, como apontaram os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Paulo Hartung (PPS-ES), mas disse que o equívoco poderia ser reparado com uma mudança de redação, sem necessidade de a matéria voltar a ser apreciada pela Câmara, onde, acrescentou, “a aprovação aconteceu por quase unanimidade”.

Mudança no Código Eleitoral vai à apreciação da Câmara

Senado também envia para exame dos deputados projeto que inclui o nome de José Plácido de Castro no Livro dos Heróis da Pátria

O Senado enviou à Câmara dos Deputados projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que modifica o Código Eleitoral, estabelecendo não se tratar de propaganda a manifestação pública sobre assuntos políticos, desde que não contenha pedido de voto. A matéria foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça e, como não houve recurso para votação em Plenário, seguiu direto para exame dos deputados. O relator do projeto foi o senador Iris Rezende (PMDB-GO).

Requião elaborou sua proposta a partir da constatação de que a Justiça Eleitoral vem multando diversos candidatos que, antes do início oficial da campanha, concedem entrevistas a veículos de comunicação. Iris Rezende defen-



Roberto Requião quer evitar multas por entrevistas em que candidatos não pedem votos

deu a aprovação do projeto, afirmando que são frequentes as decisões equivocadas de juízes eleitorais que, sob o pretexto de coibir propaganda eleitoral ilegal, acabam por negar o direito de expressão garantido aos cidadãos pela Constituição.

HERÓI DA PÁTRIA

Também está sendo enviado à Câmara projeto do senador Tião Viana (PT-AC), aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Educação, que inclui o nome de José Plácido de Castro no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Viana disse na Comissão de Educação que o objetivo do projeto é o de manifestar reconhecimento aos serviços prestados por Plácido de Castro em favor da preservação das fronteiras do Acre. Ele lembrou que o desbravador liderou a organização de forças especiais em defesa da fronteira acreana, no início do século, por não se conformar com a ascendência política da Bolívia sobre a região.

Patrocínio acredita que Hidrovia Tocantins-Araguaia será realidade

A Hidrovia Tocantins-Araguaia está prestes a se concretizar, disse na quarta-feira o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Isso acontecerá, salientou, apesar dos obstáculos à obra criados por várias organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas. “A hidrovia se tornará o eixo integrador do desenvolvimento nacional”, previu.

A confiança do senador baseia-se em relatório do Centro de Educação Permanente em Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), com o qual a Administração da Hidrovia Tocantins-Araguaia (Ahitar) firmou contrato, para que técnicos avaliassem a forma e o conteúdo do relatório de impacto ambiental (EIA/Rima) do projeto.

Entregue em fevereiro deste ano, a avaliação geral dos técnicos pode, na opinião do senador, ser resumida no primeiro parágrafo do relatório por eles produzido: “A equipe entende que o projeto da hidrovia é importante, quer como via de transporte inter-regional, quer como possível eixo integrador e fator de desenvolvimento regional, sendo, pois, favorável à sua adequada implantação”.

A avaliação da USP opõe-se frontalmente às conclusões de estudo

independente entregue ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em maio de 1999, destacou o senador. Sob a coordenação da Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (Cebrac), explicou Carlos Patrocínio, uma coalizão de ONGs elaborou laudo sobre o mesmo EIA-Rima analisado pelos técnicos da USP. No documento, a Hidrovia Tocantins-Araguaia é considerada obra sem viabilidade econômica e de impactos ambientais que poderão levar a uma verdadeira catástrofe a economia e a sociedade locais.

O último parágrafo do relatório patrocinado pelas ONGs foi diretamente contestado pelo senador. Pelo que a implantação da hidrovia representaria em termos de destruição ambiental, as ONGs afirmam que ela “não é o caminho para tornar nosso país uma nação”, ao que Carlos Patrocínio opôs, com veemência, que o Brasil já é uma nação. A atuação das ONGs internacionais em países como o Brasil, na sua opinião, representa uma forma mais sutil, “e, por isso, mais perigosa”, do velho domínio de alguns povos sobre outros. Não é à toa, disse, que o senador Mozaril-



O mito do Padre Cícero é o tema central do filme *Milagre em Juazeiro*

Instituto Teotônio Vilela promove lançamento de filme

O Instituto Teotônio Vilela, do PSDB, promoveu na quarta-feira o pré-lançamento do filme *Milagre em Juazeiro*, de Wolney Oliveira, sobre o mito do Padre Cícero. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que assistiu à exibição no Auditório Petrônio Portella, do Senado, disse que o filme “ajuda a compreender melhor o Brasil profundo, que muitas vezes está um pouco longe de Brasília”.

Milagre em Juazeiro conta a história do episódio de enorme impacto na vida da comunidade da região do Cariri, em torno do qual surgiu o mito do Padre Cícero. Depois de officiar a missa de do-

mingo, o pároco da Vila Juazeiro deu comunhão aos fiéis, entre os quais a beata Maria Araújo. Ao tocar-lhe a boca, a hóstia transformou-se em sangue. A Igreja providenciou uma investigação realizada por dois padres e um médico. O episódio foi confirmado, mas, posteriormente, a Igreja forma uma nova comissão que considerou o milagre uma farsa. Padre Cícero foi proibido de realizar atos litúrgicos e sofreu implacável perseguição, culminando com sua excomunhão.

Entre os atores do filme destacam-se José Dumont, que interpreta o padre, e Marta Aurélio, no papel da beata Maria de Araújo.



Patrocínio: “A hidrovia se tornará o eixo integrador do desenvolvimento nacional”

do Cavalcanti (PFL-RR) pleiteia a instalação de uma CPI para apurar as atividades dessas entidades.

Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) também declarou-se favorável à CPI, relatando que a primeira de uma série de termelétricas a serem instaladas para resolver o problema do fornecimento de energia em seu estado foi impugnada na Justiça pelo Fórum de ONGs de Rondônia. Leomar Quintanilha (PPB-TO), por sua vez, disse que o ambientalismo seria uma cortina de fumaça a esconder objetivos de natureza comercial. Quanto à hidrovia, ele a considera “uma redenção” para a agropecuária do Centro-Norte do país.

Moreira vê "exploração criminosa" da Amazônia

Parlamentar acredita que organizações não-governamentais ameaçam a soberania brasileira, a pretexto de defender a preservação do meio ambiente, e pede atenção do governo para assegurar a plena integridade do território nacional

Ao falar sobre a atuação das organizações não-governamentais na Amazônia, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) denunciou "os violentos atentados que inúmeras ONGs têm infligido à soberania nacional, em nome de uma suposta proteção ao meio ambiente". Ele defendeu maior rigor do governo no seu papel de garantir a integridade do país, evitando "a exploração criminosa" da biodiversidade e o aumento da influência estrangeira sobre o território nacional.

— O Brasil precisa, urgentemente, rever sua política militar na Amazônia e implantar um sistema eficiente de acompanhamento e vigilância das ONGs e dos estrangeiros que atuam na região, para

saber quem são, como agem, quais são seus verdadeiros interesses e seus reais objetivos — sugeriu Moreira Mendes.

O senador citou documento elaborado em Genebra pelo Christian Church World Council (Conselho Mundial das Igrejas Cristãs), que traz a seguinte afirmação: "A Amazônia total, cuja maior área fica no Brasil, é considerada um patrimônio da Humanidade. Sua posse, pelo Brasil, é meramente circunstancial". Ele acrescentou que o texto diz que é preciso infiltrar missionários e contratados, inclusive não religiosos, em todas as nações indígenas.

Na opinião de Moreira Mendes, o documento do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs comprova

"o grau de ingerência de entidades internacionais sobre o destino da floresta amazônica". Ele destacou que a interferência das ONGs na gerência dos assuntos brasileiros já se espalha por outros espaços e domínios do país.

Moreira Mendes referiu-se ainda à denúncia, amplamente divulgada através da Internet, de que escolas norte-americanas estariam ensinando aos seus alunos uma nova divisão geográfica da América do Sul, em que é apresentado um mapa com a região amazônica destacada do Brasil, e sobre ela a informação: "área de controle internacional". O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), em aparte, afirmou ter tomado conhecimento, pela im-



Moreira Mendes citou documento do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs como prova de "ingerência estrangeira"

prensa, de que uma professora havia cometido um equívoco, que já teria sido corrigido.

Quintanilha disse, ainda, que a ocupação ordenada, com o desenvolvimento sustentável, é que vai dar ao Brasil a posse definitiva da Amazônia. Já o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), mesmo reco-

nhecendo que algumas ONGs cumprem uma função social importante, defendeu maior rigor do governo no momento de permitir o funcionamento de organizações não-governamentais no país, sobretudo para impedir a instalação de entidades que lutam contra os interesses nacionais.

Países ricos são os que mais poluem, diz Ernandes Amorim

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) cobrou do governo brasileiro uma postura firme diante da poluição ambiental provocada pelos países desenvolvidos. Apresentando dados que demonstram que os oito países mais ricos do mundo são responsáveis pela maior parte das emissões de gases poluentes do planeta, Amorim pediu mudanças na diplomacia brasileira como forma de fazer frente às acusações de que o país contribui para o desequilíbrio ecológico ao permitir o desmatamento de suas florestas.

— Cerca de 4,5% da população do mundo vive nos Estados Unidos e emite 22% dos gases que provocam o efeito estufa. A Grã-Bretanha emite 9,5 toneladas de dióxido de carbono por pessoa, enquanto Honduras, por exemplo, emite 0,7. Isso explica a pressão que os países ricos fazem para evitar desmatamentos e queimadas no Brasil. Assim continuam podendo poluir com seus automóveis, suas usinas térmicas, suas indústrias — afirmou o senador.

Na avaliação de Ernandes Amorim, a poluição produzida nesses países é responsável por sucessivas alterações no clima do planeta e tem provocado uma série de catástrofes, como inundações, secas e furacões. Ele lembrou a assinatura em 1992 da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças de Clima. O documento, sustenta o



Segundo Ernandes Amorim, as nações ricas têm descumprido normas internacionais

senador, não vem sendo respeitado. Ernandes Amorim quer que o Brasil exija dos países ricos respeito aos dispositivos do tratado internacional.

Para conhecer a posição do governo federal sobre o assunto, o senador Ernandes Amorim está requerendo a presença dos ministros da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sarderberg, e do Meio Ambiente, José Sarney Filho, em audiência pública a ser realizada na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

— Precisamos conhecer os compromissos assumidos e o que foi realizado até agora. Além das previsões da próxima conferência sobre o clima — justificou.

Álvaro Dias propõe apoio do Senado à indicação de Zilda Arns para prêmio Nobel

Ao tomar conhecimento de que o Ministério da Saúde pretende indicar o nome da coordenadora nacional da Pastoral da Criança, a pediatra Zilda Arns Neumann, como candidata ao prêmio Nobel da Paz 2001, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) sugeriu na quarta-feira que o Senado também se associe à indicação e promova gestões no sentido de concretizá-la.

O senador ressaltou que a médica faz jus à indicação oficial para concorrer ao prêmio pelos seus méritos e pelo trabalho desenvolvido em prol dos desamparados. Ele lembrou que, há 40 anos, Zilda Arns realizou a façanha de reduzir a mortalidade infantil no país a partir do Paraná, onde teve início o trabalho da Pastoral da Criança.

— Basta que se diga que a taxa de mortalidade infantil nas comunidades atendidas pela instituição em todos os estados brasileiros representa a metade do que o governo consegue por meio de seus programas de pre-

BRASILEIRA PELA PAZ

ZILDA ARNS NEUMANN

Médica pediatra, é integrante da Pastoral da Criança da CNBB. Liderada por Zilda, a Pastoral conseguiu reduzir em 21% a mortalidade infantil nas suas áreas de atuação. Programas de alfabetização beneficiam 32 mil jovens e adultos. Projetos de geração de emprego e renda atingem 38 mil famílias.

ALGUNS VENCEDORES ILUSTRES

1999
Médicos Sem Fronteiras

1994
Yasser Arafat, Shimon Peres e Yitzhak Rabin (paz no Oriente Médio)

1993
Nelson Mandela e Fredrik De Klerk (apartheid)

1990
Mikhail Gorbachev (fim da Guerra Fria)

fantil em 21% nas áreas de abrangência da Pastoral, e aponta para a necessidade de ampliação desse percentual por meio de outro projeto social, que inclui um programa de alfabetização beneficiando 32 mil jovens e adultos e a geração de emprego e renda para 38 mil famílias.

— Como se vê, a filosofia da Pastoral, coordenada em nível nacional pela dra. Zilda Arns, é globalizante, por entender que a mortalidade infantil passa por questões como a alfabetização e o pleno emprego. Ela entende, e com absoluta razão, que a família, particularmente a mãe, deve ser bem informada e que o atendimento à saúde da população precisa ser humanizado — destacou Álvaro Dias.



Álvaro destacou a ação da Pastoral da Criança, que é coordenada por Zilda Arns

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania*: Sen. Lauro Campos e o cineasta Silvio Tendler falam sobre o filme *Castro Alves — Retrato Falado de um Poeta*
 7h30 — *Entrevista*: Sen. Carlos Bezerra fala sobre tecnologia agropecuária
 8h — *Especial*: Fortes do Brasil
 8h30 — *TV Escola* — Paisagens brasileiras — Paisagem industrial — Betim (MG)
 9h — *Cores do Brasil*: Folclore do Maranhão
 9h30 — *Entrevista*: Sen. Pedro Piva fala sobre crescimento econômico
 10h — Comissão de Assuntos Sociais (reapresentação)
 13h30 — *Debate*: Sen. Artur da Távola e o professor Murilo Ramos, da Universidade de Brasília, sobre os meios de comunicação no Brasil
 14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
 19h30 — *Cidadania*: Sen. Roberto Requião e o representante do Fórum do Voto Eletrônico, Amílcar Brunazo Filho, falam sobre as urnas eletrônicas
 20h30 — *Entrevista*: Sen. Carlos Bezerra fala sobre tecnologia agropecuária
 21h — *Jornal do Senado*
 21h30 — *Especial*: *Um Missionário da Floresta*
 22h30 — Teatro Arthur Azevedo: *Peça Intensa Mágica*
 0h — Filme: *Na Rota dos Orixás*

AMANHÃ

1h — *Debate*: Sen. Artur da Távola e o professor Murilo Ramos, da Universidade de Brasília, sobre os meios de comunicação no Brasil
 2h — *Unip*: Genética/clonagem III
 2h30 — *Jornal do Senado*
 3h — *Cores do Brasil*: Campina Grande
 3h30 — *Entrevista*: Sen. Arlindo Porto fala sobre trabalho rural
 4h — *Jornal do Senado*
 4h30 — *Unip*: Genética/clonagem III
 5h — *TV Escola* — Paisagens brasileiras: Paisagem metropolitana — Curitiba (PR)
 5h30 — *Especial*: *Um Missionário da Floresta*
 6h30 — *Agenda Econômica*: Abertura de mercado — pres. da Abrinq
 7h30 — *Entrevista*: Sen. Agnelo Alves fala sobre o ensino pago nas universidades
 8h — *Jornal do Senado*
 8h30 — *TV Escola* — Paisagens brasileiras: Alemães no Brasil — Pomerode (SC)
 9h — *ABD no Ar*: O mercado do curta
 9h30 — *De Coração*: Infarto do miocárdio
 10h — *Especial*: *Um Missionário da Floresta*
 11h — *Entrevista Especial*: Nélcio José Nicolau e Jofran Frejat
 12h — *Jornal do Senado*
 12h30 — *Entrevista*: Sen. Luiz Pontes fala sobre o primeiro emprego
 13h — *Saúde/Unip*: Genética/clonagem III
 13h30 — *Agenda Econômica*: Abertura de mercado — pres. da Abrinq
 14h30 — *Espaço Cultural*: Nilson Chaves
 15h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Goiás Velho
 16h — *Entrevista*: Sen. Pedro Piva fala sobre crescimento econômico
 16h30 — *Especial*: Fortes do Brasil
 17h — *Revista Brasília*
 18h — *TV Escola* — Paisagens brasileiras: Cidade histórica — Olinda (PE)
 18h15 — *Especial*: *Um Missionário da Floresta*
 19h — *Tela Brasileira*: Paulo Morelli
 19h30 — *Debate*: Sen. Paulo Souto e o secretário nacional de Previdência Complementar, Paulo

Kliass, falam sobre previdência complementar
 20h30 — *Entrevista*: Sen. Carlos Bezerra fala sobre tecnologia agropecuária
 21h — *Jornal do Senado*
 21h30 — Teatro Arthur Azevedo: *Show Hongolô*
 23h — *Entrevista Especial*: Nélcio José Nicolau e Jofran Frejat
 0h — *Redescoberta do Cinema Nacional*
 Filme: *Atlântico Negro — Na Rota dos Orixás*

DOMINGO

1h — *Cidadania*: Sen. Lauro Campos e o cineasta Silvio Tendler falam sobre o filme *Castro Alves — Retrato Falado de um Poeta*
 2h — *Saúde/Unip*: A Bexiga
 2h30 — *Jornal do Senado*
 3h — *Cores do Brasil*: Turismo no interior do Amazonas
 3h30 — *Entrevista*: Sen. Carlos Bezerra fala sobre tecnologia agropecuária
 4h — *Jornal do Senado*
 4h30 — *Saúde/Unip*: A Bexiga
 5h — *TV Escola* — Paisagens brasileiras: Cidade histórica — Olinda (PE)
 5h30 — *Especial*: *Um Missionário da Floresta*
 6h30 — *Cidadania*: Sen. Roberto Requião e o representante do Fórum do Voto Eletrônico, Amílcar Brunazo Filho, falam sobre as urnas eletrônicas
 7h30 — *Entrevista*: Sen. Pedro Piva fala sobre crescimento econômico
 8h — *Jornal do Senado*
 8h30 — *TV Escola* — Paisagens brasileiras: Viver em uma ilha — Fernando de Noronha (PE)
 9h — *Tela Brasileira*: Paulo Morelli
 9h30 — *De Coração*: Infarto do miocárdio
 10h — *Especial*: *Um Missionário da Floresta*
 11h — *Entrevista Especial*: Nélcio José Nicolau e Jofran Frejat
 12h — *Jornal do Senado*
 12h30 — *Entrevista*: Sen. Agnelo Alves fala sobre o ensino pago nas universidades
 13h — *Saúde/Unip*: A Bexiga
 13h30 — *Debate*: Sen. Artur da Távola e o professor Murilo Ramos, da Universidade de

Brasília, sobre os meios de comunicação no Brasil
 14h30 — *Especial*: Nilson Chaves
 15h30 — *Cores do Brasil*: Turismo no Espírito Santo
 16h — *Entrevista*: Sen. Luiz Pontes fala sobre o primeiro emprego
 16h30 — *Especial*: Fortes do Brasil
 17h — *Revista Brasília*
 17h55 — *Senado em Pauta*
 18h — *TV Escola* — Paisagens brasileiras — Paisagem industrial — Betim (MG)
 18h15 — *Especial*: *Um Missionário da Floresta*
 19h — *ABD no Ar*: O mercado do curta
 19h30 — *Agenda Econômica*: Abertura de mercado — pres. da Abrinq
 20h30 — *Entrevista*: Sen. Arlindo Porto fala sobre trabalho rural
 21h — *Jornal do Senado*
 21h30 — Teatro Arthur Azevedo: *Show Hongolô*
 23h — *Entrevista Especial*: Nélcio José Nicolau e Jofran Frejat
 0h — *Revista Brasília*

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
 Em seguida — Música e informação
 19h — *A Voz do Brasil*
 Em seguida — Música e informação
 20h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Nordeste*
 Em seguida — Música e informação
 21h — *Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste*
 Em seguida — Música e informação
 21h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste*
 Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Documentário sobre o padre Baldassari marca programação

TV Senado também mostrará filme a respeito das origens da cultura brasileira

A TV Senado apresenta neste final de semana o documentário *O Missionário da Floresta*, que mostra a trajetória do padre Paolino Baldassari, nascido na Itália há 74 anos e que há quase 50 trabalha da floresta. O documentário, de 43 minutos, produzido pela TV Senado, vai ao ar amanhã e no domingo, às 5h30, 10h e 18h15.

Hoje e amanhã, à meia-noite, a TV Senado exibe o filme *Atlântico Negro — Na Rota dos Orixás*, de Renato Barbieri, dentro da série *Redescoberta do Cinema Nacional*. Filmado em 1998, no Maranhão, na Bahia e no Benim, o filme faz uma viagem no espaço e no tempo em busca das origens africanas da cultura brasileira.

Também amanhã, às 19h, e no domingo, às 9h, vai ao ar o *Tela Brasileira*, programa dedicado aos bastidores do cinema brasileiro e seus criadores, produzido pela Associação Paulista de Cineastas. O convidado deste final de semana é o cineasta Paulo Morelli, que fala sobre seu filme *O Preço da Paz*.

A TV Senado apresenta ainda o programa *ABD no Ar*. Produzido pela Associação Brasileira de Documentaristas, o programa discute o mercado do curta-metragem. Será exibido amanhã, às 9h, e no domingo, às 19h.

A atração do Teatro Arthur Azevedo, em São Luís, no Maranhão, é o *show* de lançamento do segundo disco do cantor maranhense Cláudio Pinheiro, *Hongo-lô*. O espetáculo será exibido ama-

nhã e no domingo, sempre às 21h30. No *Espaço Cultural*, a TV Senado apresenta às 14h30 de amanhã e de domingo o *show* do compositor paraense Nilson Chaves.

O programa *Revista Brasília* apresenta neste fim de semana a história de um bancário, Paulo Araújo, que resolveu mudar de vida e hoje faz vestidos de noiva. O programa também apresenta o ritmo intenso do triatleta Leandro Macedo, que treina pelas ruas de Brasília com o objetivo de conseguir uma medalha nas Olimpíadas de Sidney. O *Revista Brasília* mostra, ainda, a rotina do senador Ney Suassuna (PMDB-PB): quando está na ponte aérea, ele faz poesias; em casa, depois de um dia de trabalho, dedica-se à pintura, e antes de dormir, à literatura. O programa vai ao ar amanhã, às 17h, e domingo, às 17h e à meia-noite.

O programa *De Coração*, uma série de entrevistas realizadas pela Sociedade Brasileira de Cardiologia, apresenta entrevista com o médico Ari Timerman sobre infarto do miocárdio. O programa vai ao ar amanhã, às 9h30, com reapresentação no domingo, no mesmo horário.

No *Agenda Econômica*, os jornalistas Helival Rios e José Ribamar de Oliveira entrevistam o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Brinquedos (Abrinq), Sinésyo Costa, sobre a abertura do mercado brasileiro a esses produtos. O programa vai ao ar amanhã, às 13h30, e domingo, às 19h30. Durante toda a programação a TV Senado apresenta, ainda, entrevistas e debates com os senadores no *Jornal do Senado*.

Inventor do bina e secretário do DF no *Entrevista Especial*

O jornalista Fernando Cesar Mesquita recebe o secretário de Saúde do Distrito Federal, Jofran Frejat, e o inventor Nélcio José Nicolau no programa *Entrevista Especial*, que vai ao ar pela TV Senado no sábado e no domingo, às 11h e às 23h.

Frejat, que pela terceira vez ocupa a secretaria, irá falar sobre os problemas da saúde pública no Brasil, que ficou em 125º lugar no

ranking sobre sistemas de saúde divulgado pela Organização Mundial de Saúde.

Nicolau, ex-funcionário do sistema Telebrás em Brasília, é o inventor do bina, o aparelho que revela a fonte de qualquer chamada telefônica. Apesar de seu invento ser utilizado mundialmente, o inventor brasileiro não recebeu nenhuma vantagem, mesmo tendo patenteado o aparelho.

Francelino sugere combate à violência entre jovens

Segundo o senador, devem ser contempladas em programa específico ações de assistência econômica, social e educacional, além de repressão às quadrilhas. É preciso agir na área social para evitar “o desespero”, alertou

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) sugeriu quarta-feira que o governo não se limite à implementação do Plano Nacional de Segurança Pública e parta para a elaboração de um programa específico de combate à violência entre os jovens. Ele alertou para a desconfiança que a população tem em relação a medidas anunciadas pelo governo contra a violência, “tantas foram as iniciativas fracassadas”. O parlamentar ressaltou que um plano específico para os jovens deve contemplar, simultaneamente, ações de repressão às quadrilhas e de assistência econômica, social e educacional.

– Paralelamente à adoção de

medidas de emergência para reduzir a violência, ou pelo menos evitar que as pessoas sejam tomadas pelo desespero e pelo descontrole, provocados pelo medo e pelo pavor, é preciso agir na área social: investir na retomada do crescimento econômico e no aumento do nível de emprego, na educação e no saneamento básico – apontou.

O senador defendeu ainda a melhoria salarial dos policiais e dos agentes de segurança em geral e a regulamentação do artigo 14 da Constituição, que trata da segurança pública. Ele



Francelino Pereira apontou a desconfiança que a população tem em relação às ações governamentais contra a violência

propôs também a introdução do número único da identidade civil em todo o país, a criação de um programa específico de segurança e de apoio econômico-social para a população das favelas e a presença física e ostensiva de policiais nas ruas.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da qual é presidente, votou e aprovou terça-feira última a liberação de R\$ 400 milhões a serem utilizados na compra de equipamento e munição para que a Polícia Federal combata o narcotráfico nas fronteiras. “Demos nossa contribuição aprovando rapidamente os R\$ 400 milhões”, destacou Suassuna.



Segundo Romero Jucá, a mostra fez parte das comemorações dos 500 anos do Brasil

Jucá destaca exposição agropecuária da Embrapa

A realização, semana passada em Brasília, da 2ª Exposição Brasileira de Agropecuária, promovida pelo Ministério da Agricultura e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), foi registrada em Plenário pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). Ele destacou a importância da iniciativa, inserida na celebração da passagem dos 500 anos do Brasil.

– Na sede da Embrapa, foi montada uma representativa mostra que recupera, do período colonial aos nossos dias, os fatos históricos da produção de alimentos no país, da ocupação da terra, da cultura do homem do campo e dos principais feitos tecnológicos neste largo período de tempo – comentou.

Jucá ressaltou ainda que fez parte da exposição uma vitrine de tecnologias da Embrapa, instalada em uma área de 20 mil metros quadrados, onde estão plantadas várias espécies de árvores e 220 variedades de grãos e hortaliças, dispostas em canteiros ornamentais. O senador elogiou a Embrapa por ter conseguido envolver na realização do evento várias instituições nacionais, como universidades, institutos de pesquisa, indústrias e representantes do agronegócio, além de outros organismos governamentais.

ACM critica decisão do Cade contra associação médica de São Paulo

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) registrou quarta-feira em Plenário ofício enviado pela Associação Médica Brasileira (AMB) que critica a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) relacionada à fixação de valores de honorários médicos. Conforme Antonio Carlos, o Cade puniu o Conselho Regional de Medicina de São Paulo e várias entidades médicas do estado, atendendo a denúncia do Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde (Ciefas), sob a acusação de que estariam impondo a tabela de honorários médicos da AMB aos planos de saúde privados.

O senador, citando o documento da Associação Médica Brasileira, disse que a decisão do Cade representa risco à liberdade de exercício da medicina. Além disso, segundo o documento, a decisão do conselho excede o limite constitucional, ao condenar as entidades como infratoras da ordem econômica, não mais permitindo as negociações entre profissionais médicos e empresas na tentati-



Antonio Carlos Magalhães

va de fixarem-se honorários e adotarem-se valores da Lista de Procedimentos Médicos.

Ainda reportando-se ao ofício da associação, o senador disse que os médicos não aceitam a decisão do Cade, que proíbe a categoria de paralisar a prestação de serviços, e ainda obriga a retirada, dos estatutos sociais das entidades de classe, de qualquer dispositivo que lhes garanta a liberdade para assumir compromissos em nome dos médicos. Antonio Carlos Magalhães solicitou à Mesa a transcrição do documento da AMB, na íntegra, nos Anais do Senado, “para que fique registrado o protesto dos médicos”.

Plano de segurança tem aspectos positivos, avalia Sebastião Rocha

Mesmo reconhecendo que o Plano Nacional de Segurança Pública, anunciado terça-feira última pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, é insuficiente diante das necessidades do país, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) opinou que a iniciativa do governo tem aspectos positivos e pediu que os demais parlamentares da oposição colaborem para que os resultados do programa possam ser os melhores.

– O primeiro aspecto que considero relevante é que o plano traz um reconhecimento da parte do governo de que de fato a situação é muito grave. Simboliza para a sociedade que o governo tem um diagnóstico preocupante da situação da segurança pública e da violência urbana no país – avaliou Sebastião Rocha.

O senador também analisou a participação das Forças Armadas no combate à violência. Ele discordou da sugestão do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de que os militares deveriam atuar de forma direta no combate à criminalidade, mas defendeu a atuação das Forças Armadas contra o crime organizado e no policiamento das fronteiras, aeroportos, portos e estradas, combatendo o roubo de cargas.

Sebastião Rocha considerou positiva também a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública. “É um avanço e foi motivo de iniciativa parlamentar minha logo que cheguei no Senado.” O senador defendeu que na discussão dos próximos orçamentos possam ser garantidos mais recursos para o fundo.

Rocha considera que a oposição deve colaborar para garantir melhores resultados nas ações contra violência

